

Sumário

Prefácio, xi

Introdução, 1

- 1 A Relevância da Vontade para o Negócio Jurídico, 8**
 - 1.1 Teoria clássica ou subjetiva: da vontade como elemento existencial do negócio, 9
 - 1.2 A teoria objetiva, a autonomia privada, o ato negocial normativo e preceptivo, 15
 - 1.3 O negócio jurídico visto pela sua estrutura, 19
 - 1.4 A declaração de vontade e existência do negócio jurídico; a vontade e a validade negocial, 20
 - 1.5 Divergência entre a vontade e a declaração: a simulação, a reserva mental, a coação física, 24
 - 1.5.1 A simulação e a reserva mental, 24
 - 1.5.2 A coação física, 27
- 2 O Erro como Vício da Vontade e como Vício da Declaração, 29**
 - 2.1 Breve histórico: a origem do erro como defeito do ato, 30
 - 2.2 O erro vício: um defeito de vontade, 35
 - 2.3 O erro obstáculo: a imperfeição da declaração, 38
- 3 O Erro Invalidante: Critérios para sua Eficácia, 44**
 - 3.1 Critério subjetivo: a substancialidade do erro, 45
 - 3.1.1 Erro de direito, 55
 - 3.1.2 Erro acidental, 59



- 3.1.3 Erro sobre os motivos, 61
- 3.1.4 Erro na indicação da pessoa ou objeto: acidente ou essência?, 64
- 3.2 Em busca do adequado critério objetivo, 65
 - 3.2.1 As teorias subjetivas, 67
 - 3.2.1.1 A teoria da vontade, 67
 - 3.2.1.2 A *culpa in contrahendo*, 69
 - 3.2.1.3 A teoria da responsabilidade, 72
 - 3.2.2 Teorias objetivas, 78
 - 3.2.2.1 A teoria da declaração, 79

4 Teoria da Confiança, 81

- 4.1 A boa-fé como princípio jurídico e como fundamento da proteção da confiança, 81
 - 4.1.1 A boa-fé como regra de justiça e equidade. Breve histórico, 81
 - 4.1.2 O papel dos princípios. O princípio constitucional da boa-fé, 83
- 4.2 A relação de fundamentação entre boa-fé e confiança, 92
- 4.3 Teoria da confiança e erro: o requisito da cognoscibilidade, 99
 - 4.3.1 A teoria da confiança e o Código Civil brasileiro, 102
 - 4.3.2 A aparente razão do equivocado posicionamento pretoriano em relação aos requisitos exigidos para se invalidar o negócio jurídico por erro, 105

5 Exceções à Teoria da Confiança, 108

- 5.1 Do erro no testamento, 110
- 5.2 Contrato de doação: qual o grau de confiança legítima?, 119
- 5.3 A inaplicabilidade da teoria da confiança ao erro no casamento, 122

Conclusão, 133

Bibliografia, 135